

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005993-36.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Willian Kopp**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor William Kopp propôs a presente ação contra a ré Seguradora Lider Dos Consórcios Do Seguro DPVAT, pedindo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 18.209,69, descontando-se o valor de R\$ 2.362,50, recebido administrativamente.

A ré, em contestação de folhas 24/51, suscita preliminar de comprovante de endereço não pertencente ao autor. No mérito aduz sobre a necessidade de realização de perícia médica, requer a improcedência do pedido, a utilização da tabela de danos pessoais, pede que os juros de mora sejam ser fixados a partir da citação, que a correção monetária e demais cominações legais deveram incidir a partir do ajuizamento da ação, que os honorários advocatícios sejam fixados em 10% do valor da causa.

Réplica de folhas 82/86.

Decisão saneadora de folhas 87/88.

Agravo de Instrumento de folhas 127/128.

Acórdão de folhas 168/172 deu provimento ao agravo.

O autor apresentou quesitos às folhas 07 e a ré às folhas 51.

Decisão de folhas 167 designou audiência de conciliação e avaliação médica, e declarou que a ausência à audiência acarretaria preclusão da prova.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O autor foi procurado por Oficial de Justiça para intimação acerca da audiência, tendo o meirinho apostado em sua certidão de folhas 187 que deixou de intimar o autor porque o endereço fornecido é da Agência dos Correios. Todavia, foi intimado por meio de seu procurador constituído (**folhas 178**).

A audiência de conciliação restou infrutífera pelo não comparecimento do autor (**confira folhas 192**).

Decisão de folhas 196 declarou preclusa a prova pericial e encerrou a instrução.

Alegações finais da ré de folhas 199/203. O autor não apresentou alegações finais (**confira folhas 204**).

Relatei. Decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra.

De início, a questão relativa ao comprovante de endereço que instruiu a inicial, de que não pertence ao autor só traz prejuízo ao próprio autor, como ocorreu nestes autos, já que o endereço por ele fornecido pertence à Agência dos Correios.

Ademais, o comprovante de residência não está no rol de requisitos previsto no art. 319 do Código de Processo Civil, sendo impertinente a alegação de irregularidade, uma vez que não se trata de documento indispensável à propositura da ação, conforme estabelece o artigo 320 do mesmo diploma.

Por outro lado, os documentos a que se refere o artigo 320 do Código de Processo Civil são aqueles indispensáveis ao desenvolvimento do processo, ou seja, aqueles relacionados com os fatos e com os fundamentos jurídicos do pedido, consistindo, na verdade, as provas documentais pelas quais o autor pretende demonstrar a verdade de suas alegações.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ademais, pelo entendimento da ré somente aqueles que são proprietários de imóveis ou que possuem seu nome cadastrado junto às concessionárias de serviço público é que poderiam propor ações judiciais, o que não pode ser aceito.

Por tais razões, afasto a alegação posta como preliminar de que o comprovante de endereço não pertence ao autor.

No mérito, a ação é improcedente.

De acordo com o autor em sua peça vestibular, em razão do acidente de trânsito, veio a sofrer lesões de natureza grave, fazendo jus ao recebimento da indenização por invalidez permanente no valor máximo.

Ocorre que, ao ser procurado por Oficial de Justiça para intimação de comparecimento à audiência, o meirinho constatou que o endereço se tratava da Agência dos Correios. Não obstante, o autor foi intimado por meio de seu defensor constituído, não apresentando qualquer justificativa quanto à sua ausência.

De acordo com o último parágrafo da decisão de folhas 167, o autor estava ciente de que sua ausência à audiência acarretaria preclusão da prova.

Não tendo comparecido à audiência, a decisão de folhas 196 declarou preclusa a prova pericial e encerrou a instrução, não tendo o autor se quer apresentado suas alegações finais (**confira folhas 204**).

Assim sendo, não vislumbro nos autos qualquer elemento que possibilite a concessão da indenização pleiteada.

Nesse sentido:

Ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT. Autor que não compareceu ao IMESC na data designada para a realização do exame, tampouco comprovou o motivo da ausência. Preclusão da prova. Documento encartado aos autos que não esclarece se a invalidez é temporária ou permanente, nem indica o grau de comprometimento físico do segurado em decorrência do acidente. Requerente que não se desincumbiu do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ônus da prova dos fatos constitutivos do seu direito (art. 333, I, do CPC). Improcedência mantida. Recurso improvido (Relator(a): Gomes Varjão; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 34ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 29/04/2015; Data de registro: 30/04/2015).

De rigor, portanto, a improcedência do pedido inicial.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o autor no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária a partir da distribuição e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta, observando-se, todavia, os benefícios da justiça gratuita.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de agosto de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**